

QUESTÃO INDÍGENA 54 mulheres pataxós sofreram cirurgia de laqueadura, sobretudo durante a campanha eleitoral de 94

Esterilização de índias é investigada na BA

JOÃO BATISTA NATALI
 enviado especial a Itabuna (BA)

Uma rede de entidades e instituições está empenhada em identificar os responsáveis pela esterilização de 54 índias na Bahia. O Cimi (Conselho Indigenista Missionário), ligado à hierarquia católica, crê haver indício de "genocídio".

Investigam o caso o Cimi, a Procuradoria da República, a Polícia Federal, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e o Conselho Regional de Medicina da Bahia.

A esterilização, por meio de cirurgias de laqueadura de trompas (que impede a chegada de óvulos ao útero, onde são fertilizados) foi sobretudo praticada na campanha eleitoral de 94, como um "favor" de candidatos, em troca do voto.

Das índias que possivelmente sofreram laqueaduras criminosas, 23 foram estimuladas por cabos eleitorais do deputado Roland Lavigne (PFL-BA), ex-proprietário de dois hospitais próximos a áreas indígenas. Foi o que elas disseram à Procuradoria da República em Ilhéus, aos advogados do Cimi e, no caso de cinco delas, em entrevistas à Folha.

Lavigne nega ter estimulado ou praticado a esterilização. Diz ser vítima de acusações infundadas de seus inimigos políticos.

As esterilizadas pertencem à nação pataxó —hoje com 6.000 pessoas, em 15 reservas no sul da Bahia. Uma de suas ramificações, os hã-hã-hã, tornou-se conhecida há dois anos quando um dos seus, Galdino Jesus dos Santos Pataxó, foi queimado vivo por um grupo de jovens em Brasília.

Uma das irmãs de Galdino, Marilene Jesus dos Santos —ou Iaranauí, nome no idioma ancestral— está entre as esterilizadas.

Disse à Folha ter sido operada no município de Camacã, em hospital de Lavigne, para onde foi encaminhada por um de seus cabos eleitorais, chamado Daniel. Feita a laqueadura, recebeu material eleitoral do então candidato a deputado.

Nenhum testemunho colhido indica coação física. As índias dizem ter sido enganadas —melhorariam de vida se não tivessem novos filhos. Na aldeia de Barretá, foram operadas todas as dez mulheres em idade de procriar. Todas, no entanto, já tinham sido mães. Somavam 35 filhos. Mas tinham em média apenas 25 anos.

A denúncia de que a esterilização colocava em risco a densidade demográfica da população indígena

Lei vigora desde 1996

do enviado a Itabuna (BA)

A lei que pune a esterilização de mulheres com menos de 25 anos, exigindo também autorização do marido, vigora desde 1996.

Mas o Código Penal já prevê de 2 a 8 anos de reclusão em caso de "ofensa à integridade corporal" que implique inutilização de função (no caso, reprodutiva).

Há ainda a Lei 2.889/ 56, que define como genocídio "adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo" étnico. A Lei 8.072/90, considera o genocídio um "crime hediondo".

—e a ocupação de suas terras, reduzidas nos últimos dois séculos pelas fazendas de cacau— partiu de três caciques, em carta enviada em agosto do ano passado ao Procurador da República em Ilhéus.

Um dos signatários, Gerson Souza Melo Pataxó, presidente do Conselho de Saúde de sua nação, relatava ter descoberto a extensão do problema em levantamento recente sobre a saúde nas aldeias.

A Procuradoria abriu inquérito civil público e determinou que a PF instaurasse inquérito criminal. O procurador José Leão Junior, que vem instruindo o inquérito, disse já terem sido ouvidas 14 índias. Afirmou também que cópia do inquérito será enviada ao corregedor da Câmara dos Deputados, responsável pela apuração de possível quebra de decoro parlamentar.

Nilmário Miranda (PT-MG), presidente da Comissão de Direitos Humanos do Congresso, recebeu denúncia iniciada em investigação. Na PF, o delegado Rubem Patury Filho disse precisar de mais um ano para concluir seu trabalho.

Por fim, a possibilidade de o deputado Lavigne, que também é médico, ter cometido falta ética é investigada, em Salvador, pelo Conselho Regional de Medicina da Bahia, que ouvirá quatro índias dentro de dez dias. O médico Marco Aurélio Miranda Ferreira, encarregado do caso, diz que concluirá seus trabalhos em 60 dias.



O cacique pataxó Jorge Francisco Filho, 52, carrega em seus braços filha recém-nascida de índia cuja mãe e irmã foram esterilizadas em 1994

Cronologia

- 1926 - Decreto estadual cede aos pataxós área de 100 mil hectares
- 1938 - Orientado pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio), governo federal demarca reserva de 54 mil hectares
- 1942 - Início do processo de arrendamento a fazendeiros, pelo SPI, de terras supostamente abandonadas
- 1943 - Invasão da reserva por grupos de homens brancos armados
- 1966 - Regime militar abre estrada que atravessa a reserva
- 1976 - Governo da Bahia dá "títulos" aos arrendatários de terras
- 1997 - Gerson de Souza Melo, assume o Conselho de Saúde dos pataxós e inicia levantamento sobre esterilização
- 1998 - TSJ devolve aos índios área de 1.010 hectares, julgando ilegal o arrendamento da área a cinco fazendeiros de cacau pelo governo



Marilene Jesus dos Santos mostra propaganda do candidato Lavigne

OUTRO LADO

Deputado nega participação

do enviado a Itabuna (BA)

O deputado Roland Lavigne (PFL-BA), procurado pela Folha, negou que tenha participado direta ou indiretamente na esterilização de índias pataxós.

Argumentou estar sendo vítima de inimigos políticos do sul da Bahia, que estariam financiando entidades para que elas divulguem informações que venham a prejudicá-lo politicamente.

Lavigne, formado cirurgião, disse não entrar num centro cirúrgico para operar desde 1992.

Afirmou ainda que as índias que têm prestado depoimento à Procuradoria da República citam seu nome por terem sido convencidas de que poderiam ganhar R\$ 100 mil em indenizações em razão dos efeitos de cirurgias que, se ocorressem, não foram realizadas por ele nem em hospitais de sua propriedade.

O deputado qualificou de "indecentes" e "fraudulentas" as versões que envolvem seu nome.

Enviou à Folha parecer do setor de auditorias da Secretaria da Saúde da Bahia que diz que inexistem prontuários que registrem a etnia de pacientes submetidas a laqueadura de trompas. O texto diz ainda inexistirem indícios de que tais cirurgias tenham ocorrido com recursos do SUS e que é impropriedade "a participação direta" de Roland Lavigne nessas cirurgias.

Indagado se não seriam frágeis os argumentos baseados em prontuários, na medida em que se poderia lançar o código de um outro procedimento cirúrgico, Lavigne afirma que isso seria "uma fraude", da qual nenhum ex-funcionário seu foi até hoje acusado.

Uma comissão da Funai visitou as áreas indígenas no ano passado e, a partir de seu relatório, pediu-se a intervenção da Procuradoria da República e da PF.

A Folha apurou que a Funai preocupou-se em desqualificar a acusação de genocídio contra o Estado brasileiro, que o Cimi pretendia encaminhar à Comissão de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos).

Veja onde estão os pataxó hã-hã-hãe



Fonte: Cimi-Itabuna



Grupo de quatro índias, todas esterilizadas, caminha em trilha da aldeia Paraguassu, ex-Fazenda São Lucas

Cirurgias foram trocadas por votos em 94 Índios falam em 'conspiração'

do enviado a Itabuna (BA)

Na memória dos mais velhos, as colinas ovaladas e muito verdes nas imediações de Pau Brasil (566 km ao sul de Salvador), eram o posto indígena Caramuru. A área é hoje conhecida como São Lucas/Novo Mundo, fazendas que os hã-hã-hãe recuperaram na Justiça.

Os índios falam português, vestem-se com roupas envelhecidas, de gente pobre: camisetas e bermudas, sandálias de dedo e bonés. Dividem-se entre católicos e batistas. A língua e as tradições foram ficando pelo caminho, ao longo dos anos de diáspora como trabalhadores rurais.

"Eu fui para fazer uma consulta médica em Camacã, em 15 de março de 94, e o médico disse que precisava operar", diz Mercy Silva

Queiroz, 30. Ela tinha dois filhos e apenas 26 anos quando sofreu cirurgia para ligadura das trompas.

Revelou, no cadastro, que era moradora da área indígena. Não lhe disseram que índia só poderia operar com autorização da Funai. "Depois perguntaram se eu era eleitora e tinha parente que votava. Pediram voto para o dr. Roland."

As histórias são muito semelhantes umas às outras. Ilsa Rodrigues da Silva Pataxó, 28, foi "convidada" a se esterilizar —recebeu o recado por uma parente— por uma pessoa chamada Daniel, que se apresentou como amigo de Roland Lavigne. Ela e uma prima foram levadas no carro dessa pessoa, em 31 de maio de 94. As duas índias mostraram o título de eleitor, e Daniel pediu a ambas que votassem em Lavigne para deputado federal.

"Na época achei que a ligadura seria importante para nós, mas hoje percebi que é uma coisa que prejudica o futuro do índio."

Jovenina Santos Pataxó foi esterilizada aos 31 anos. "Falavam que era bom para a gente, já que a gente não tinha ajuda do governo". Diz ter sido operada "na época da política, quando eles falaram para a gente operar em troca do voto".

Disse nunca ter sido informada sobre pílula, preservativo ou outros métodos anticoncepcionais. "Nunca dão esse tipo de explicação para índios. Na cabeça da gente, quem não operava tinha um filho atrás do outro", afirmou.

Foi abordada por um homem que se ofereceu para operá-la de graça. Foi num sábado, dia que os índios vão a Pau Brasil para vender na feira os legumes que cultivam.

do enviado a Itabuna (BA)

Não há indício de que a esterilização de mulheres pataxós esteja ligada a uma conspiração para a imediata apropriação de terras indígenas. Entre as lideranças indígenas, no entanto, o raciocínio está sempre presente.

Em 1995, a Funai recenseou em todo o país 325 mil índios. Cerca de 8.500 estavam na Bahia. Os pataxós hã-hã-hãe, que em 1982 ocupavam apenas duas áreas com um total de 38 hectares, dispõem hoje de 3.143 hectares. Foram beneficiados por sentenças judiciais que reconheceram seus direitos.

Os pataxós ocupavam nos anos 20 cerca 100.000 hectares, entregues pelo governo da Bahia. Na década seguinte, a área foi reduzida pela metade em demarcação da

União, feita pelo então SPI (Serviço de Proteção ao Índio).

O estudo mais completo sobre a política indigenista na região foi feito em 1976 pela antropóloga Maria Hilda Baqueiro Paraíso, a partir de convênio da Funai com a Universidade Federal da Bahia.

É uma história que data do século 17. As terras dos hã-hã-hãe foram reduzidas nos últimos 60 anos por oito grandes invasões, uma delas, nos anos 50, comandada por um grileiro. Nos anos 60, o índio passou a ser sustentado pelo arrendamento, praticado pelo governo, de terras demarcadas.

Mas bastava reajustar o aluguel das terras abaixo da taxa de inflação para que se reduzisse o contingente de índios protegidos. Em 1969, restou sob esse estatuto um grupo de cinco pataxós.